

## O ESCRITOR AMADOR E A PRODUÇÃO LITERÁRIA DE CAROLINA MARIA DE JESUS: UMA QUESTÃO DE POLÍTICA CULTURAL

Anderson Cleiton Sales Rocha<sup>1</sup>  
Orientador: Dr. Osmar Moreira<sup>2</sup>

*Resumo:* Este *paper* tem por objetivo apresentar como o projeto está constituído a partir do lugar de fala da Crítica Cultural. O objetivo geral da pesquisa é analisar as bases teóricas em que se costuma configurar o amadorismo na literatura de margem, tendo como exemplo a produção literária de Carolina de Jesus e a sua relação com a política cultural capaz de intervir (ou não) nos modos de produção literária. Os objetivos específicos que permitirão desenvolver o tema são: destacar o sentido de amadorismo na produção literária; pôr em relação amadorismo e a produção literária de Carolina de Jesus; ressaltar o imbricamento entre democracia, representatividade e cultura etnocêntrica; averiguar se há posições de cerceamento à produção literária amadora e como isso se manifesta. Metodologicamente, essa pesquisa de natureza qualitativa e pautada na crítica cultural é norteadada a partir do seguinte problema: como a produção literária de Carolina Maria de Jesus permite refletir acerca do contexto em que vive o(a) *escritor(a) amador(a)*. Portanto, espera-se que esta pesquisa desvele os meios pelos quais a desigualdade cultural, social e econômica é legitimada, arrombando assim os portões que fecham o acesso aos meios de produção cultural e rompendo os grilhões e mordaças que tentam impedir a liberdade de criação dos escritores e escritoras.

*Palavras-Chave:* Carolina Maria de Jesus. Escritor Amador. Literatura. Participação Democrática. Políticas Culturais.

### INTRODUÇÃO

O projeto *O escritor amador e a produção literária de Carolina Maria de Jesus: uma questão de política cultural* se propõe a analisar a complexa estrutura social que, cada vez mais, permite a criação e utilização de estratégias para excluir ou, pelo menos, dificultar a inserção de produtores de cultura que não se deixam estandardizar pelas normas impostas por aqueles que ocupam o “centro” ou o “topo” dessa mesma estrutura — a exemplo do que ocorreu com a produção literária de Carolina Maria de Jesus.

O projeto também pretende falar de enfrentamento aos empecilhos impostos ao fazer literário e gritar que há possibilidades —por meio das políticas culturais — de se abrir o campo de criação literária para os escritores, bem como de permitir a liberdade de criação destes. Não é exagero dizermos que as entradas de acesso aos meios de produção cultural precisam estar arreganhadas a todos quanto quiserem adentrá-las. Esperamos que de alguma forma, nossa discussão possa abrir portões (principalmente os simbólicos) permitindo que todos não só se reconheçam e sejam reconhecidos como produtores de cultura, mas também encontrem a possibilidade de produzi-la

---

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de Pós Graduação em Crítica Cultural, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus II.

<sup>2</sup> Docente no Programa de Pós Graduação em Crítica Cultural, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus II.

sem mordanças. Afinal, não é possível construir uma sociedade mais igualitária sem a participação democrática, inclusive, na área de cultura que tem potencial para agrandar e problematizar o mundo e, por isso mesmo, é objeto de manipulação: umas vezes, para divulgar o que pensa uma determinada e limitada classe de pessoas; outras vezes, para enriquecer quem não reconhece a sua importância, mas, somente o valor mensurável, aquele que vai para o caixa e que é guardado nos cofres transbordantes dessa matéria suja, obtida pela exploração daquilo que não pode ser medido.

Diante desses pressupostos, pode-se perceber que a temática deste projeto coaduna com a linha escolhida para direcionar minha pesquisa, pois busca discutir literatura, produção cultural e modos de vida, uma vez que, estuda as representações literárias e os modos de produção das minorias, problematizando formações discursivas e embates epistemológicos. Sendo assim, a relação de Carolina de Jesus com a linha de pesquisa e o amadorismo na literatura se torna explícita ao visualizar a situação dessa escritora que despejada na favela do Canindé estava, provavelmente, excluída de qualquer incentivo à produção literária. Em outras palavras, ao olhar as dificuldades impostas à Carolina para a produção literária pode-se olhar também para as dificuldades impostas aos escritores anônimos (Carolinas) de hoje, dos quais Carolina é, de certa forma, precursora.

## DESENVOLVIMENTO

Visto que termos ou conceitos teóricos podem assumir variedades de significado, faz-se necessário esclarecer como e o que se pensa por “política cultural”, que dê conta da temática escolhida para este projeto. Considera-se pertinente, a sugestão feita por Alexandre Barbalho quando propõe entender *política cultural* como o “universo das políticas públicas voltadas para a cultura implementadas por um Governo” (BARBALHO, 2011, p. 25), diferenciando-a de *políticas de cultura*, as quais “se referem às disputas de poder em torno dos valores culturais ou simbólicos que acontecem entre os mais diversos estratos e classes que constituem a sociedade” (BARBALHO, 2011, p. 26).

É preciso ressaltar que a distinção acima foi trazida não para dividir a explanação do tema em polos, trabalhando em um dos lados. O que se pretende é delinear os conceitos para construção de argumentos fundamentados, tendo como foco “a atuação do Estado e dos governos e de suas políticas públicas” (BARBALHO, 2011, p. 26) como também as “disputas políticas entre os diversos agentes do campo cultural no estabelecimento de suas normas” (BARBALHO, 2011, p. 26).

Em *Cultura e Democracia*, Marilena Chauí não só problematiza as várias concepções de “cultura” como também demonstra as contradições que cercam a mesma, no sentido de que

diferentes concepções de “cultura” levam a diferentes práticas políticas e sociais e de organização das classes.

Por meio da consistente análise empreendida pela ensaísta torna-se clara a existência de uma *divisão cultural*, entretanto, nem sempre ela é nitidamente percebida dentro da sociedade; Marilena Chauí atribui essa ocultação à forma de operar da *cultura de massa* ou *indústria cultural*, que atua basicamente de quatro modos, a saber: primeiro, separa as obras em “caras” ou “baratas”, “raras” ou “comuns”, isto é, destina algumas obras aos “privilegiados” e outras à “massa”. Desse modo, ‘em vez de garantir o mesmo direito de todos à totalidade da produção cultural, a indústria cultural sobredetermina a divisão social acrescentando-lhe a divisão entre elite “cultura” e massa “inculta”.’ (CHAUÍ, 2007, p. 29).

Segundo, “contraditoriamente em relação ao primeiro aspecto, cria a ilusão de que todos têm acesso aos mesmos bens culturais” (CHAUÍ, 2007, p. 29-31), quando, na verdade, as informações e os tipos de abordagens que lhes será dado já foram previamente selecionados com o intuito de atingir e modelar o consumidor/espectador/leitor que se deseja. Terceiro, ‘inventa figuras chamadas “espectador médio”, “ouvinte médio” e “leitor médio”, às quais são atribuídas certas capacidades mentais “médias”, [...] e certos gostos “médios”’ (CHAUÍ, 2007, p. 31), de forma que oferta ao consumidor, o mesmo com cara de novo, aquilo que lhe é comum, fácil de deglutir e de agradá-lo, de seduzi-lo para a compra. Quarto, “define a cultura como lazer e entretenimento.” (CHAUÍ, 2007, p. 32). Na visão da autora, “o entretenimento distingue-se da cultura quando entendida como trabalho criador e expressivo das obras de pensamento e de arte” (CHAUÍ, 2007, p. 33), enquanto que ele contém como características o “repouso” e o “passatempo”.

Após explicitar os modos de operar da indústria cultural, a ensaísta declara que eles apropriam-se

[...] das obras culturais para consumi-las, devorá-las, destruí-las, nulificá-las em simulacros. Justamente porque o espetáculo se torna simulacro e o simulacro se põe como entretenimento, os meios de comunicação de massa transformam tudo em distração (guerras, genocídios, greves, festas, cerimônias religiosas, tragédias, políticas, catástrofes naturais e das cidades, obras de arte, obras de pensamento). Este é o mercado cultural (CHAUÍ, 2007, p. 34).

Falar em indústria cultural ou cultura de massa é falar, ao menos, em dois aspectos: primeiro, em uma ditadura do mercado que impõe padrões e atribui supostos *valores* forjados pela lógica do consumo, na qual, “a mercadoria “cultura” torna-se algo perfeitamente mensurável. A medida é dada pelo número de espectadores e de vendas, isto é, o valor cultural decorre da capacidade para agradar” (CHAUÍ, 2007, p. 41); segundo, em um processo de massificação que busca silenciar vozes dissonantes, pois, “massificar é o contrário de democratizar a cultura, ou melhor, é a negação da

democratização da cultura.” (CHAUÍ, 2007, p. 37). Ou seja, todo o processo imposto pela cultura de massa reforça a divisão cultural, dificultando o direito ao exercício da democracia cultural, conseqüentemente, do acesso aos meios de produção cultural. Por isso é que Marilena Chauí chama atenção para a necessidade de o Estado conceber a cultura como “*um direito do cidadão e, assim, assegurar às pessoas o direito de acesso às obras culturais produzidas, particularmente o direito de fruí-las, de criar as obras, ou seja, produzi-las, e o de participar das decisões sobre políticas culturais.*” (CHAUÍ, 2007, p. 42). Já que, “afirmar a cultura como um *direito* é opor-se à política neoliberal, que abandona a garantia dos direitos, transformando-os em *serviços* vendidos e comprados no mercado e, portanto em privilégios de classe.” (CHAUÍ, 2007, p. 46). Ainda segundo a autora, isso é possível quando a política cultural é

definida pela idéia de *cidadania cultural*, na qual a cultura não se reduz ao supérfluo, ao entretenimento, aos padrões do mercado, à oficialidade doutrinária (que é ideologia), mas se realiza como direito de todos os cidadãos, direito a partir do qual a divisão social das classes ou a luta de classes pode manifestar-se e ser trabalhada porque, no exercício do direito à cultura, os cidadãos, como sujeitos sociais e políticos, diferenciam-se, entram em conflito, comunicam e trocam suas experiências, recusam formas de cultura, criam outras e movem todo o processo cultural (CHAUÍ, 2007, p. 45)

Ainda sobre essa questão, pode-se trazer à cena, Maria Elisa Cevasco, em *Dez Lições sobre Estudos Culturais*. Nessa obra, a autora se dedica concomitantemente a explicar a formação e desenvolvimento dos Estudos Culturais e a criticar as formas de acesso aos meios de produção cultural, orientada por uma pergunta essencial: “Quem atribui valor cultural e para quê?” (CEVASCO, 2008, p. 22). Para defender a ideia da participação democrática, de forma que haja “condições para que todos sejam produtores de cultura, não apenas consumidores de uma versão escolhida por uma minoria” (CEVASCO, 2008, p. 54), Maria Elisa se baseia nas formulações de Raymond Williams sobre — o que ele denomina — “cultura comum”, a qual não pode acontecer por meio da

[...] extensão geral do que uma minoria quer dizer e acredita, mas a criação de uma condição em que as pessoas como um todo participem na articulação dos significados e dos valores, e nas conseqüentes decisões entre este ou aquele significado ou valor (WILLIAMS, 1958 apud CEVASCO, 2008, p. 54)

Dessa forma, “a luta pela cultura comum implica então a luta por uma sociedade em comum, sem divisões de classes, e a oposição às formas correntes de desigualdade.” (CEVASCO, 2008, p. 56). Trata-se de deixar vir à tona a diversidade de opiniões, interpretações, valores mediante discussões realizadas de modo mais igualitário, aceitando que “todos” produzem cultura e assumindo que “todos” devem ter o direito e “o poder de interpretar e de usar criativamente signos e formas de organização da cultura” (CEVASCO, 2008, p. 110).

É em meio a esse contexto que se torna mais claro entender como Carolina de Jesus — mulher negra, marginalizada, mãe solteira, “pobre”, “semialfabetizada”, “favelada” e escritora — pode servir de motivo para a implementação de políticas culturais de fomento à criação literária construídas com participação do(s) escritor(es) amador(es), visto que, a figura de Carolina aponta para o escritor amador, porque ela seria uma exceção à regra dentro da produção literária brasileira, em outras palavras, provavelmente, a escritora estaria em situação semelhante a de tantas escritoras e escritores anônimos se — por força do *destino* ou pela *curiosidade* própria a um jornalista — Audálio Dantas não tivesse colocado em foco a produção daquela catadora de papel — pelo menos é o que parece demonstrar o próprio percurso dela após ser “descoberta” pelo repórter em 1958<sup>3</sup>.

Não obstante o sucesso que seu livro intitulado *Quarto de despejo: diário de uma favelada* obteve ao ser lançado em 1960 — vendendo seiscentos exemplares na noite de autógrafos, dez mil exemplares na primeira semana, totalizando mais de cem mil exemplares no primeiro ano, números que lhe atribuíram a designação de best-seller —, os livros seguintes não receberam a mesma atenção e Carolina foi ainda rejeitada pelos críticos e a elite da época, recebendo críticas como a de Wilson Martins que chegou a afirmar que ela “queria ser escritora sem saber escrever”. Lançado em 1961, o livro *Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada*, que relatava seu trajeto depois de sair da favela para uma casa de classe média no bairro de Santana, Zona Norte paulistana, não foi bem recepcionado. Publicados por conta própria em 1963, *Provérbios* e *Pedaços da Fome* não tiveram repercussão e *O Brasil para os Brasileiros* foi ridicularizado pela imprensa.

É possível depreender desse acontecimento que, para aquele público leitor, Carolina era mais um “objeto de consumo”, “uma novidade, uma fruta estranha”, “um animal curioso” — como atesta o próprio Audálio, em entrevista ao blog *Socialista Morena* — do que uma escritora em ascensão. De fato, em fevereiro de 1977, Carolina morreria pobre e praticamente esquecida, isolada num sítio. Somente na década de 1990, a literatura de Carolina Maria de Jesus seria redescoberta, graças ao empenho do pesquisador brasileiro José Carlos Sebe Bom Meihy e do norte-americano Robert M. Levine, que juntos publicariam o livro *Cinderela negra: a saga de Carolina Maria de Jesus*.

Diante do exposto, pontua-se que, esta pesquisa partirá do exemplo de Carolina Maria de Jesus para pensar o conceito de amadorismo na literatura de margem e repensar a situação do

---

<sup>3</sup> É possível encontrar na internet muitas informações seguras acerca da vida e obra de Carolina Maria de Jesus, no entanto, os dados apresentados a seguir foram coletados, principalmente, em três sites, sendo que, o primeiro é mais completo por ser parte do projeto “Vida por Escrito — Organização, classificação e preparação do inventário da obra de Carolina Maria de Jesus”, contemplado pelo Edital Prêmio Funarte de Arte Negra, categoria Memória, em 2013: (1) <http://www.vidaporescrito.com/> (2) <http://www.socialistamorena.com.br/carolina-maria-de-jesus-100-anos-da-autora-do-classico-quarto-de-despejo/> (3) <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/leituras/conto-das-ruas>

escritor amador, direcionando o olhar para as políticas culturais construídas democraticamente com a participação do escritor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegado a este ponto, constata-se a importância de um trabalho teórico que vá de encontro aos processos de exclusão, que desvele os meios pelos quais a desigualdade cultural, social e econômica é legitimada, ou as estratégias utilizadas pelo (que finge ser) mais *forte* para (tentar) dominar o (que se quer) mais *fraco*. Em uma sociedade dividida em classes — cuja participação de seus membros é restrita e, às vezes, inexistente — uma das estratégias utilizadas é fazer com que as políticas culturais estejam direcionadas por um conceito vertical e centralizador de *Cultura*. Quando isso acontece, a política cultural reproduz a *divisão cultural*, apresentando o pensamento de uma classe como pensamento de toda a sociedade. As classes dominantes tendem não só a legitimar essa *divisão cultural* para que sirva aos seus interesses, mas tendem também a ocultá-la e reforçá-la pela indústria cultural. Então, é possível interpretar que um primeiro passo a ser dado em direção à transformação dessa realidade é a abertura, o acesso aos meios de produção cultural, ou seja, a ideia de cultura enquanto um direito do cidadão, visto que, todos obterão a oportunidade de interferir nas decisões sobre política cultural e de escolher significados, símbolos, signos, e de atribuir valores, enfraquecendo assim a divisão cultural.

A escritora Carolina Maria de Jesus é exemplo de como a cultura de elite e a cultura de massa cerceiam os meios de produção cultural. Ao ajustar-se o foco de análise sobre a sua produção literária vê-se que aquilo que foi dito, de forma geral, acerca da *divisão cultural* ganha características específicas quando impostas à literatura, criando duas categorias básicas que pretendiam amordaçar a escritora. De um lado, impondo-se um conceito vertical e centralizador de cultura, a literatura passa a ser pensada a partir da cultura da elite, daqueles que ocupam os centros ou os topos da sociedade, excluindo obras que não se assemelham aos modelos *estéticos* — tal concepção é perceptível na postura da crítica e da elite daquela época; por outro lado, a indústria cultural seleciona e manipula as obras transformando-as em simples objeto de consumo, de passatempo e de entretenimento — isso fica demonstrado no modo como a obra de Carolina foi recepcionada e logo depois *descartada*. Dessa forma, identifica-se a necessidade de criar novas situações que sirvam de alternativa para o escritor, de modo que: 1. Ele não se veja obrigado a *vender seu trabalho*, seu processo criativo e que possa escolher não ser marionete nas mãos do mercado. 2. Que a sua obra ao ser pensada e trabalhada possa trazer as vozes das diversas *particularidades*, dos diversos pontos

de vista, não tendo que se sujeitar ao que uma determinada classe dominante pensa e quer como certo.

Por que não seriam essas *novas situações* incentivadas por políticas culturais construídas democraticamente com a participação do escritor? Assim, haveria uma comissão composta por membros do Governo, mais especificamente, do Ministério da Cultura, da sociedade civil e dos escritores, para que em conjunto definissem, de forma transparente e democrática, os critérios de seleção de projetos. Dessa maneira, falar de participação democrática em construções de políticas culturais é falar de enfrentamento aos dois empecilhos impostos ao fazer literário, pois ele busca por meio das políticas culturais abrir o campo de criação literária para os escritores, bem como permitir a liberdade de criação destes.

A mudança que desejamos é bem *simples* e realizável: substituir 4 letras por 3 letras; se por um lado, *trocar* a quantidade numericamente maior por uma numericamente menor parece ir contra o que pretendemos, que é a inserção e crescimento cada vez maior de opiniões/interpretações; por outro, ao contemplarmos o signo e seu sentido (pelo menos em uma acepção) que aponta para a coletividade das ações, entende-se o deslocamento de lugares que pode ser realizado por essa troca. Cabe explicar que tal deslocamento ultrapassa o campo semântico e vai afetar o campo prático de atuação e interferência humana. De forma simplificada dizemos: “do ‘para’ para o ‘com’”, isto é, de políticas culturais “para” os escritores para políticas culturais “com” os escritores. Nesse sentido, reivindicando-se políticas de fomento à criação literária que sejam construídas “com” os escritores e “com” toda a sociedade interessada, tem-se uma política cultural, realmente, democrática.

## REFERÊNCIAS

- BARBALHO, Alexandre. Políticas e indústrias culturais na América Latina. In: *Revista Contemporânea*. Rio de Janeiro: UERJ, 2011. p. 23-35.
- CEVASCO, Maria Elisa. *Dez Lições: sobre os estudos culturais*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia*. Salvador: Prefeitura de Salvador/Secretaria municipal de Educação e Cultura; Governo da Bahia/Secretaria de Cultura, 2007.

## SITES CONSULTADOS

- <http://www.vidapoescrito.com/> Acesso em: nov, 2015.
- <http://www.socialistamorena.com.br/carolina-maria-de-jesus-100-anos-da-autora-do-classico-quarto-de-despejo/> Acesso em: nov, 2015.
- <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/leituras/conto-das-ruas> Acesso em: nov, 2015.

